


OFICIAL DO QUADRO DE OFICIAIS DE ESTADO-MAIOR – QOEM DA BRIGADA MILITAR



Tipo de Prova
3

Duração da prova: 5h

 É obrigatório marcar o tipo de prova na Grade de Respostas para que sua prova seja corrigida. A não-marcação resultará na não-leitura da Grade, o que implicará na eliminação automática do(a) candidato(a) do Concurso Público.

TRANSCREVA, NO SEU CARTÃO DE RESPOSTAS, A FRASE ABAIXO PARA O EXAME GRAFOTÉCNICO:

“Tente mover o mundo – o primeiro passo será mover a si mesmo.” (Platão)

INSTRUÇÕES INICIAIS

- O(a) candidato(a) acaba de receber, do Fiscal de Sala, o seu **Caderno de Questões** referente à Prova Objetiva, o qual contém **80 (oitenta) questões de múltipla escolha**, organizadas em páginas numeradas.
- Solicita-se que proceda à conferência minuciosa de seu caderno. Caso identifique qualquer irregularidade, como falhas de impressão, ausência de páginas ou questões, ou outro tipo de defeito, deverá **informar imediatamente ao Fiscal de Sala para que seja providenciada a substituição do material**. Reclamações posteriores, nesse sentido, **não serão consideradas**.
- **Aguarde o sinal sonoro autorizando o início da prova**.
- Após o início das provas, o(a) candidato(a) receberá do Fiscal de Sala a respectiva Grade de Respostas. Ao recebê-la, deverá **verificar se os dados impressos estão corretos**, atentando -se especialmente ao nome, número de inscrição e demais informações pessoais. Constatada qualquer divergência, **comunique de imediato o Fiscal de Sala**.

POR MOTIVO DE SEGURANÇA

- Só é permitido o uso de caneta esferográfica, fabricada em material transparente, preferencialmente, de tinta preta.
- O(a) candidato(a) só poderá retirar-se definitivamente da sala após 2 (duas) horas do início efetivo da prova.
- O(a) candidato(a) poderá retirar-se levando o seu Caderno de Questões somente faltando 1 (uma) hora para o término da prova.
- O(a) candidato(a) que optar por se retirar sem levar o seu Caderno de Questões não poderá copiar suas respostas.
- Ao terminar a prova, o(a) candidato(a) deverá se retirar imediatamente do local, não sendo possível nem mesmo a utilização dos banheiros e/ou bebedouros.
- O(a) candidato(a) que concluir a prova deverá **signalizar ao Fiscal de Sala**, para que este se dirija à sua mesa e proceda ao recolhimento da **Grade de Respostas**.
- No momento da entrega, será realizada a **coleta da impressão digital do polegar direito** do(a) candidato(a), e a Grade de Respostas será devidamente **assinada pelo Fiscal de Sala**, conforme os procedimentos estabelecidos.
- Os **três últimos candidatos presentes na sala deverão permanecer até que o(a) último(a) candidato(a) entregue sua Grade de Respostas**, ocasião em que será solicitado que **assinem o Termo de Sala**, conforme previsto nos procedimentos da aplicação.
- Aos candidatos será facultada a **opção de acompanhar o fechamento dos materiais da sala**. Aqueles que optarem por **NÃO ACOMPANHAR** deverão assinar o **Termo declarando ciência da possibilidade e recusa de acompanhamento**. Já os que optarem por acompanhar o referido procedimento **assinarão o Termo como testemunhas do fechamento**.

ATENÇÃO

- Siga, atentamente, a forma correta de preenchimento da Grade de Respostas, conforme estabelecido na própria.
- A Grade de Respostas é personalizada, impossibilitando a substituição.
- O tempo de duração da prova inclui o preenchimento da Grade de Respostas.

BOA PROVA!

LÍNGUA PORTUGUESA

"O Sentinela" (Trecho adaptado)

Autor: Olavo Bilac (Domínio Público)

"Ama, com fé e orgulho, a terra em que nasceste!
Criança! não verás nenhum país como este!
Olha que céu! Que mar! Que rios! Que floresta!
A natureza aqui perpetuamente em festa
É um seio de mãe a transbordar carinho.
Vê que vida há no chão! Vê que luz há no ar!
Teus livros, teus brinquedos deixa um pouco... Vem!
Que o amor se aprende amando... Vem! Ama o Brasil
também!"

Questão 1

A exortação do eu lírico no trecho de "O Sentinela" configura uma pedagogia do sentimento patriótico que se alicerça, predominantemente, na

- (A) contraposição explícita entre a experiência empírica da natureza e a abstração do conhecimento formal, visando desqualificar o último em favor de uma vivência puramente sensorial da pátria.
- (B) articulação de um nacionalismo cívico-territorial, onde a grandiosidade do espaço físico é apresentada como metonímia da superioridade moral e cultural do povo brasileiro.
- (C) proposição de uma gnose intuitiva e afetiva da pátria, em que o ato de "amar" precede e condiciona o "aprender", sugerindo que a identidade nacional se forja na experiência emocional direta com o meio.
- (D) valorização da infância como estágio ideal para a inculcação de um orgulho ufanista, utilizando a ingenuidade infantil para naturalizar uma visão acrítica e idealizada do país.
- (E) construção de uma estética parnasiana da paisagem, onde a perfeição formal da natureza espelha um ideal de ordem e progresso a ser internalizado pela criança como cidadã.

Questão 2

No poema de Olavo Bilac, a relação entre o eu lírico e a criança tem como função principal

- (A) construir uma crítica à alienação infantil diante dos valores tradicionais, sugerindo a necessidade de uma ruptura com o passado colonial brasileiro.
- (B) reforçar uma concepção de patriotismo enraizado na experiência sensorial da pátria, utilizando a figura da criança como símbolo da formação afetiva do cidadão.
- (C) destacar a importância do conhecimento técnico e científico como fundamento do sentimento patriótico, contrapondo-o ao nacionalismo passional.
- (D) propor um modelo de cidadania baseado no engajamento político precoce, por meio da educação formal e da participação cívica consciente desde a infância.
- (E) desenvolver uma metáfora da perda da inocência diante das contradições da nação brasileira, apontando para a complexidade do amor à pátria em tempos de crise.

Questão 3

Na frase "**Jamais me esquecerei daquele dia**", o pronome obedece à norma-padrão da colocação pronominal. Assinale a alternativa que apresenta a justificativa correta para o uso da próclise.

- (A) O uso da próclise é facultativo após advérbios.
- (B) O pronome deveria estar em ênclise, pois o verbo vem antes.
- (C) A próclise é obrigatória porque há um advérbio atrativo.
- (D) A mesóclise é obrigatória devido à formalidade da frase.
- (E) A próclise é incorreta porque "jamais" é uma conjunção negativa.

Questão 4

Com base na formação das palavras "**subcomando – reforçar – intervir**", assinale o processo morfológico que dá origem aos termos.

- (A) Derivação imprópria.
- (B) Derivação prefixal.
- (C) Composição por aglutinação.
- (D) Hibridismo.
- (E) Onomatopeia.

Questão 5

No enunciado **“Faltavam coragem e argumentos ao orador”**, a concordância verbal está adequada à norma-padrão.

Assinale a alternativa que justifica essa adequação.

- (A) O verbo concorda com o termo mais próximo (coragem).
- (B) O verbo está no singular por causa da preposição "a".
- (C) O verbo está no plural por concordar com o sujeito composto posposto.
- (D) O verbo deveria concordar com “argumentos”, termo mais importante.
- (E) O sujeito é indeterminado, por isso o verbo está no plural.

Questão 6

No Provérbio popular **“A justiça tarda, mas não falha”**, qual é o sentido mais adequado para o termo “justiça” no contexto?

- (A) Conjunto de leis de um estado.
- (B) Nome próprio de pessoa.
- (C) Tribunal de apelação.
- (D) Conceito abstrato de equidade.
- (E) Polícia judiciária.

Questão 7

No período composto **“Embora o relatório tenha sido enviado, os diretores da empresa não se manifestaram”**, identifique a estrutura correta quanto ao tipo de orações e à relação sintática entre elas.

- (A) Oração coordenada assindética + oração coordenada sindética conclusiva.
- (B) Oração principal + oração subordinada adverbial concessiva.
- (C) Oração subordinada substantiva + oração principal.
- (D) Oração subordinada condicional + oração principal.
- (E) Duas orações independentes, ligadas por vírgula.

Questão 8

Durante a revisão de um parecer jurídico, foi observado o seguinte trecho: **“O réu se mostrou absolutamente insuspeitável.”**

Considerando o vocabulário técnico-jurídico e a norma-padrão, qual das opções abaixo representa o melhor ajuste vocabular para o trecho destacado?

- (A) Insuspeitável → suspeito.
- (B) Insuspeitável → insuspeito.
- (C) Insuspeitável → suspeitável.
- (D) Insuspeitável → inocente.
- (E) Insuspeitável → impune.

Questão 9

“O amor é a ponte entre dois corações que se encontram em lados opostos de um rio tempestuoso.”

(Khalil Gibran)

No trecho acima, Khalil Gibran emprega um recurso linguístico para descrever a natureza do amor, comparando-o a uma estrutura física. Com base nessa construção, identifique o efeito de sentido promovido pela expressão **“O amor é a ponte”** e o recurso coesivo empregado para produzi-lo.

- (A) Uma prosopopeia, que atribui sentimentos humanos à ponte.
- (B) Uma sinestesia, que mistura as sensações visuais e emocionais do amor.
- (C) Uma metáfora, que estabelece uma analogia implícita entre o amor e uma ponte para simbolizar união e superação.
- (D) Uma antítese, que contrasta os "dois corações" com os "lados opostos de um rio tempestuoso".
- (E) Um eufemismo, que suaviza a dificuldade de unir corações diferentes.

Questão 10

Um soldado, ao relatar os acontecimentos de uma ocorrência em seu depoimento oficial, precisa converter o seguinte trecho, originalmente dito pelo suspeito:

"Eu não estava na rua naquela hora. Vocês estão me confundindo!"

Convertendo fielmente para o discurso indireto e respeitando as alterações de pessoa verbal e de tempo verbal exigidas pela norma-padrão, o trecho ficaria corretamente transcrito da seguinte forma:

- (A) O suspeito declarou que ele não esteve na rua naquela hora e que estavam o confundindo.
- (B) O suspeito afirmou que ele nunca estivera na rua naquela hora e que nós o confundimos.
- (C) O suspeito afirmou que não tinha estado na rua naquela hora e que eles estavam o confundindo.
- (D) O suspeito declarou que não esteve na rua naquela hora e que eles estão me confundindo.
- (E) O suspeito afirmou que não estava na rua naquele momento e que os policiais o estavam confundindo.

DIREITO ADMINISTRATIVO**Questão 11**

A Lei nº 14.133/2021, que institui o novo regime jurídico das licitações e contratos administrativos no Brasil, consagra princípios específicos que orientam toda a atuação administrativa nesse campo, além de trazer inovações quanto à governança das contratações públicas. À luz do que dispõe expressamente a Lei nº 14.133/2021, assinale a alternativa correta.

- (A) A contratação direta, por inexigibilidade ou dispensa de licitação, deve ser precedida obrigatoriamente de termo de referência ou projeto básico, independentemente da complexidade do objeto.
- (B) O princípio da adjudicação compulsória autoriza a Administração a obrigar o vencedor da licitação a assinar o contrato, mesmo em caso de renúncia expressa por parte do adjudicatário.
- (C) A Lei nº 14.133/2021 admite o uso do critério de julgamento por maior retorno econômico somente nos contratos de obras e serviços de engenharia de alta complexidade.
- (D) A obrigatoriedade de planejamento prévio se aplica a todas as contratações públicas, devendo ser observado o alinhamento ao plano de contratações anual e ao planejamento estratégico da Administração.
- (E) A nova lei estabelece que o princípio da vinculação ao instrumento convocatório é flexibilizado nos contratos por escopo, desde que justificado tecnicamente e aprovado pela autoridade superior.

Questão 12

A Administração Pública Indireta refere-se ao conjunto de entidades com personalidade jurídica própria criadas para desempenhar funções específicas do Estado, com autonomia administrativa e financeira, mas sob a supervisão da Administração Direta.

Diante desse contexto, a entidade da Administração Pública Indireta dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada por lei para a exploração de atividade econômica, sob a forma de sociedade anônima, trata-se da:

- (A) Autarquia.
- (B) Empresa Pública.
- (C) Fundação Pública.
- (D) Sociedade de Economia Mista.
- (E) Agência Reguladora.

Questão 13

Rômulo Wilson Sebba, bacharel em Direito e com 24 anos de idade, objetiva ingressar no serviço público por meio de concurso público. Contudo, ao completar 18 anos, deixou de cumprir o serviço militar obrigatório, não tendo se alistado ou regularizado sua situação perante a autoridade competente. Além disso, apesar de ter título de eleitor desde os 16 anos, jamais exerceu seu direito/dever de voto e tampouco pagou as multas decorrentes das sucessivas ausências, permanecendo em situação irregular perante a Justiça Eleitoral.

Com base no que dispõe a Constituição Federal de 1988 e a legislação infraconstitucional vigente, notadamente a Lei nº 8.112/1990 e a Lei nº 4.737/1965, é correto afirmar que: a ausência de regularização perante as autoridades militar e eleitoral compromete a aptidão formal de Rômulo para a posse em cargo público efetivo, uma vez que viola cumulativamente requisitos constitucionais e legais de investidura, exigindo, para sua superação, a demonstração de

- (A) domicílio eleitoral há pelo menos três anos e apresentação de certidão negativa de antecedentes cíveis e penais.
- (B) quitação com as obrigações eleitorais e, no que couber, com as obrigações militares, salvo em situações excepcionais de inaplicabilidade expressa da norma a candidatos do sexo feminino.
- (C) participação mínima em dois turnos de eleição nos últimos quatro anos e declaração de inexigibilidade de serviço militar por motivo de convicção filosófica ou religiosa.
- (D) prova de regularidade junto à Receita Federal e de inexistência de condenação por improbidade administrativa com trânsito em julgado.
- (E) declaração de idoneidade moral e certidão de quitação com obrigações previdenciárias e fiscais, conforme disposto em norma infraconstitucional supletiva.

Questão 14

A investigação de crimes que transcendem o interesse de um único ente federativo ou que envolvam bens, serviços e interesses da União exige atuação especializada e centralizada, especialmente quando se trata da repressão a ilícitos de caráter transnacional, como tráfico internacional de drogas, contrabando e delitos praticados em áreas de fronteira, portos e aeroportos.

Com base no dispositivo constitucional que disciplina a segurança pública e define os órgãos incumbidos de sua execução, assinale a alternativa correta sobre as demais competências do órgão aludido no texto destacado acima.

- (A) Prevenir e reprimir infrações penais comuns que tenham repercussão nacional, bem como exercer com a função de polícia judiciária no âmbito dos Estados.
- (B) Executar investigação de crimes federais de competência originária do Superior Tribunal de Justiça, bem como zelar pela segurança interna dos Tribunais Superiores.
- (C) Exercer funções de polícia judiciária da União, atuar na prevenção e repressão do tráfico ilícito de entorpecentes, do contrabando e descaminho, além de investigar crimes com repercussão interestadual ou internacional que exijam repressão uniforme.
- (D) Realizar a vigilância ostensiva das rodovias federais, além de coibir o tráfico de drogas em circulação terrestre interestadual, atuando como polícia judiciária do território nacional.
- (E) Desempenhar a repressão a infrações penais militares em áreas federais, bem como a investigação de delitos cometidos contra as instituições estaduais de segurança e defesa civil.

Questão 15

Em determinado município, a Brigada Militar passou a utilizar, informalmente, parte de um prédio público pertencente à Secretaria Municipal de Educação para instalar um posto avançado de policiamento ostensivo. A ocupação não foi precedida de ato administrativo formal, tampouco houve celebração de convênio ou termo de cessão de uso entre os entes públicos envolvidos. Após denúncia da Promotoria local, alegando irregularidade na afetação do bem público originalmente destinado à educação, o Ministério Público recomendou a desocupação imediata do espaço e a apuração de responsabilidades dos gestores municipais e militares envolvidos. À luz do Direito Administrativo e do regime jurídico dos bens públicos de uso especial, é correto afirmar que

- (A) a Brigada Militar, por se tratar de órgão essencial à segurança pública, pode ocupar qualquer bem público municipal quando houver interesse público presumido, mesmo sem formalização.
- (B) a utilização de um bem público de uso especial por outro ente da federação, como no caso da Brigada Militar, exige instrumento jurídico formal de cessão ou convênio, pois a afetação original não pode ser modificada sem ato expreso da Administração proprietária.
- (C) a natureza militar da Brigada autoriza a posse direta de bens públicos em nome da preservação da ordem, sendo desnecessária a autorização do ente federado proprietário.
- (D) a ocupação é legítima, desde que o prédio esteja subutilizado e a atividade da Brigada guarde relação indireta com o interesse público local.
- (E) a ausência de formalização é juridicamente irrelevante, pois prevalece o princípio da supremacia da função policial sobre a finalidade originária do bem público.

Questão 16

João Sebastião da Silva, servidor público, estável, com 10 anos de carreira, recebeu uma proposta de seu cunhado para administrar a empresa privada de e-commerce em plena expansão.

Caso venha a aceitar a proposta, João Sebastião da Silva estará incorrendo na proibição legal de

- (A) cometer a pessoa estranha à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade ou de seu subordinado.
- (B) manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil.
- (C) atuar, como procurador ou intermediário, junto a repartições públicas, salvo quando se tratar de benefícios previdenciários ou assistenciais de parentes até o segundo grau, e de cônjuge ou companheiro.
- (D) utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em serviços ou atividades particulares.
- (E) participar de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não personificada, exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário.

Questão 17

Com intuito de trazer maior eficiência e modernização para os atos da Administração pública brasileira, a Lei nº 14.129/2021, dispõe sobre princípios, regras e instrumentos para o aumento da eficiência da administração pública, especialmente por meio da desburocratização, da inovação, da transformação digital e da participação do cidadão.

O espaço aberto à participação e à colaboração da sociedade para o desenvolvimento de ideias, de ferramentas e de métodos inovadores para a gestão pública, a prestação de serviços públicos e a participação do cidadão para o exercício do controle sobre a administração pública, trata-se

- (A) da base nacional de serviços públicos.
- (B) do dado acessível ao público.
- (C) do laboratório de inovação.
- (D) do governo como plataforma.
- (E) das plataformas de governo digital.

Questão 18

Frederico Silva é graduado, mestre e doutor em licenciatura, pela Universidade Federal do Estado Alfa e, inspirado pelos excepcionais docentes que teve em sua formação, desde então, almejou alcançar aprovação no concurso público da mesma instituição. Devido ao seu esforço e dedicação, conseguiu aprovação em seis concursos públicos para sua área de formação e qualificação.

Uma vez que, constitucionalmente, é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, Frederico enquadra na possibilidade de acumulação de

- (A) dois cargos de professor.
- (B) um cargo de professor com outro técnico ou científico.
- (C) dois cargos de professor com outro técnico ou científico.
- (D) dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.
- (E) um cargo de professor com outros dois técnicos ou científicos.

Questão 19

No âmbito do processo administrativo, o recurso é o instrumento que possibilita ao administrado a revisão de decisão que lhe cause prejuízo.

Sobre os fundamentos e garantias associadas ao recurso administrativo, analise as afirmações abaixo e assinale a alternativa correta.

- (A) Ainda que interposto recurso administrativo, o administrado poderá impetrar mandado de segurança ou ajuizar ação judicial, pois a via administrativa não é condição obrigatória para o acesso ao Judiciário.
- (B) O direito ao contraditório e à ampla defesa, garantido no processo administrativo, aplica-se principalmente aos processos disciplinares, não sendo exigência nos recursos administrativos em geral.
- (C) O recurso administrativo é prerrogativa da pessoa física prejudicada, não se aplicando a pessoas jurídicas em razão da natureza personalíssima do direito envolvido.
- (D) A Administração não pode rever seus próprios atos quando já houver decisão final na via administrativa, salvo se houver provocação judicial ou denúncia por autoridade superior.
- (E) O recurso administrativo sempre suspende automaticamente os efeitos do ato impugnado, como garantia de isonomia e ampla defesa.

Questão 20

O sistema de responsabilização por atos de improbidade administrativa tutelar a probidade na organização do Estado e no exercício de suas funções, como forma de assegurar a integridade do patrimônio público e social.

Constitui ato de improbidade administrativa importando em enriquecimento ilícito auferir, mediante a prática de ato doloso, qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, de mandato, de função, de emprego ou de atividade que

- (A) percebe vantagem econômica indireta, para facilitar a alienação, permuta ou locação de bem público ou o fornecimento de serviço por ente estatal por preço superior ao valor de mercado.
- (B) recebe vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indireta, para tolerar a exploração ou a prática de jogos de azar, de lenocínio, de narcotráfico, de contrabando, de usura ou de qualquer outra atividade ilícita, ou aceitar promessa de tal vantagem.
- (C) aceita emprego, comissão ou exercer atividade de consultoria ou assessoramento para pessoa física ou jurídica que tenha interesse suscetível de ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente privado, durante a atividade.
- (D) percebe vantagem econômica para intermediar a liberação ou aplicação de verba pública e privada de qualquer natureza.
- (E) recebe vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indiretamente, para omitir ato de ofício, providência ou declaração a que esteja desobrigado.

DIREITO CONSTITUCIONAL**Questão 21**

Sobre a Ação Direta de Constitucionalidade (ADC), assinale a alternativa correta.

- (A) A ADC pode ser proposta para questionar a constitucionalidade de qualquer ato normativo federal, estadual ou municipal.
- (B) O objetivo da ADC é declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo perante a Constituição Federal.
- (C) A decisão em ADC vincula apenas o órgão jurisdicional que a proferiu, não produzindo efeitos para os demais tribunais.
- (D) A ADC somente pode ser ajuizada por alguns legitimados previstos no art. 103 da Constituição Federal, como o Presidente da República, a Mesa do Senado Federal e o Procurador-Geral da República.
- (E) É permitido ajuizar ADC para normas já revogadas antes do julgamento da ação.

Questão 22

Sobre a evolução das Constituições brasileiras e seus contextos históricos, analise as afirmações a seguir e assinale a alternativa correta.

- (A) A Constituição de 1934 representou a consolidação definitiva do Estado Novo e restringiu, de forma inédita, as liberdades civis no Brasil.
- (B) A Constituição de 1967, apesar de elaborada durante o regime militar, manteve dispositivos de proteção ao voto direto e à liberdade de imprensa, fundamentos preservados em todo o seu período de vigência.
- (C) A Carta Magna de 1988 ampliou expressivamente direitos sociais e garantias individuais, fruto de debates intensos e ampla representação social no processo constituinte, sendo chamada de “Constituição Cidadã”, mas tal ampliação tem sido limitada por Emendas Constitucionais desde os anos 2000.
- (D) A Constituição de 1824 instituiu o sufrágio universal e garantiu direitos iguais a todos os cidadãos brasileiros, extinguindo desde então a escravidão.
- (E) A Emenda Constitucional nº 45 de 2004 introduziu a ideia principiológica da razoável duração do processo no texto constitucional de 1988 e modificou, ainda, competência da Justiça Federal.

Questão 23

Sobre a eficácia dos direitos fundamentais nas relações entre particulares (eficácia horizontal), assinale a alternativa correta.

- (A) Os direitos fundamentais só produzem efeitos nas relações entre indivíduo e Estado, não alcançando relações entre dois ou mais particulares.
- (B) No Brasil, admite-se que os direitos fundamentais possam ter eficácia nas relações entre particulares, impondo limites ao exercício da autonomia privada.
- (C) A eficácia dos direitos fundamentais nas relações privadas é irrelevante, uma vez que todos os direitos podem ser livremente negociados entre os particulares.
- (D) A chamada eficácia vertical dos direitos fundamentais refere-se à sua aplicação entre particulares, e não em face do Estado.
- (E) Não há lei infraconstitucional que regule a aplicação dos direitos fundamentais nas relações privadas.

Questão 24

Considerando os direitos fundamentais assegurados pela Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta diante do contexto constitucional brasileiro.

- (A) O exercício dos direitos fundamentais, embora principiológico, admite restrições somente mediante emenda constitucional, sendo vedada qualquer limitação por meio de lei ordinária ou medidas provisórias.
- (B) O princípio da igualdade, como disciplinado pela Constituição, impede diferença de tratamento mesmo em situações que envolvam políticas de ações afirmativas voltadas a grupos vulneráveis ou historicamente discriminados.
- (C) No âmbito do artigo 5º, a proteção à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade constitui núcleo de direitos individuais e coletivos, cujas garantias se compatibilizam com eventuais limitações, desde que justificadas e proporcionais.
- (D) A titularidade dos direitos fundamentais abrange unicamente cidadãos brasileiros, sendo certo que estrangeiros e pessoas jurídicas não são titulares de qualquer garantia fundamental expressa no texto constitucional.
- (E) Os direitos fundamentais de primeira geração incluem, entre outros, o acesso universal ao sistema público de saúde, à educação básica gratuita e à previdência social, cabendo ao Estado garantir sua efetividade.

Questão 25

A respeito da classificação das Constituições, assinale a alternativa correta.

- (A) Constituição flexível é aquela que admite alterações com processo legislativo diferenciado em relação às leis ordinárias.
- (B) Constituição outorgada é aquela que resulta de um processo democrático e de ampla participação popular.
- (C) Constituição material é aquela que possui forma escrita e sistematizada em um único documento.
- (D) Constituição semirrígida é aquela que admite alteração por processo legislativo ordinário em algumas partes e dificultado em outras.
- (E) Constituição promulgada é aquela que resulta de um ato jurídico mandatário que apresenta o texto normativo pronto.

Questão 26

Considerando a Constituição do Estado do Rio Grande do Sul e sua relação com o ordenamento constitucional federal, assinale a alternativa correta.

- (A) O Estado do Rio Grande do Sul pode, por meio de emenda à sua Constituição, instituir tribunais com jurisdição superior à dos Tribunais Regionais Federais, desde que haja maioria qualificada na Assembleia Legislativa.
- (B) As normas processuais e procedimentais editadas pela Constituição estadual prevalecem sobre as disposições correspondentes da Constituição Federal, caso haja conflito de regras, pela autonomia dos estados-membros.
- (C) A Constituição do Estado do Rio Grande do Sul exige, para a criação de municípios em seu território, critérios suplementares aos previstos na Constituição Federal, tais como consulta prévia mediante plebiscito às populações diretamente interessadas e a comprovação de viabilidade econômico-financeira, observada a legislação federal aplicável.
- (D) A iniciativa de lei para alteração da estrutura do Poder Judiciário estadual é prerrogativa exclusiva do Governador do Estado e do Procurador-Geral de Justiça, vedando-se a participação do Tribunal de Justiça.
- (E) A Constituição estadual pode prever a inviolabilidade vitalícia dos mandatos de membros da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa, desde que aprovada em dois turnos de votação.

Questão 27

Assinale a alternativa correta a respeito do habeas corpus, conforme previsto na Constituição Federal de 1988.

- (A) O habeas corpus só pode ser impetrado pelo próprio paciente, sendo vedada sua propositura por terceiro e pelo Estado.
- (B) O habeas corpus pode ser utilizado para tutelar qualquer direito fundamental, inclusive questões de natureza civil, como direito à propriedade, família e sucessões.
- (C) O habeas corpus é cabível quando alguém sofre ou se encontra ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.
- (D) O habeas corpus depende do pagamento de custas judiciais para ser processado, salvo se a parte for beneficiária da justiça gratuita.
- (E) O habeas corpus pode ser concedido de ofício apenas no Supremo Tribunal Federal.

Questão 28

Sobre o princípio da vedação do retrocesso social no âmbito do Direito Constitucional brasileiro, assinale a alternativa correta.

- (A) Trata-se de princípio que protege avanços já conquistados em matéria de direitos fundamentais sociais, impedindo a supressão injustificada desses direitos pelo legislador.
- (B) A vedação de retrocesso social é princípio exclusivo da Constituição Federal de 1946, não sendo admitido pela atual Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
- (C) O princípio da vedação de retrocesso social impede absolutamente qualquer modificação legislativa em direitos sociais, mesmo para aperfeiçoamento desses direitos.
- (D) O retrocesso social somente é vedado por norma expressa constante do texto constitucional, não havendo possibilidade de reconhecimento desse princípio pela jurisprudência.
- (E) O princípio da vedação de retrocesso impede inclusive a redução de benefícios sociais por razões de ordem financeira e orçamentária, mesmo diante de crise fiscal comprovada.

Questão 29

Sobre o Ministério Público, de acordo com a Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta.

- (A) O Ministério Público integra o Poder Judiciário, sendo uma de suas funções essenciais.
- (B) Aos membros do Ministério Público é permitido exercer a advocacia privada durante o exercício do cargo, desde que não haja conflito de interesses.
- (C) O Ministério Público tem como função institucional a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.
- (D) Os Procuradores-Gerais dos Estados são nomeados livremente pelos Governadores, sem necessidade de aprovação por qualquer outro órgão.
- (E) O Ministério Público está submetido à hierarquia do Executivo, devendo seguir ordens diretas do chefe do Poder Executivo.

Questão 30

De acordo com a Constituição Federal de 1988 assinale a alternativa correta acerca da segurança pública no Brasil.

- (A) Ao Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), previsto expressamente na Constituição Federal, compete coordenar de forma centralizada todas as polícias estaduais e federais, subordinando-as operacionalmente ao Ministério da Justiça.
- (B) A Polícia Militar, conforme a Constituição Federal, acumula a atribuição de atuar como polícia ostensiva e judiciária, exercendo a investigação e apuração de infrações penais relativas a crimes dolosos contra a vida.
- (C) A Polícia Federal, além de suas atribuições investigativas, possui competência constitucional para exercer o policiamento ostensivo eleitoral em todo o território nacional, independentemente de requisição da Justiça Eleitoral.
- (D) A segurança pública, enquanto dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, por meio de órgãos definidos taxativamente no texto constitucional.
- (E) A Polícia Civil, além da função de polícia judiciária, compete a execução de policiamento ostensivo nas áreas urbanas e rurais, visando à manutenção da ordem pública estadual.

DIREITO PENAL**Questão 31**

Yussef, estrangeiro e famoso empresário no ramo da aviação, inicia um relacionamento virtual com Caroline Andreas, brasileira, menor, de 15 anos. Após um tempo do relacionamento e diversas promessas de vantagens econômicas feitas por Yussef, o homem condiciona a entrega de determinados valores mensais em dinheiro para que a menor tenha relações sexuais com ele, o que foi aceito por ela.

Dessa forma, assinale a alternativa que corresponde ao crime praticado pelo agente.

- (A) Estupro de Vulnerável.
- (B) Estupro.
- (C) Exploração sexual.
- (D) Violação sexual mediante fraude.
- (E) Importunação sexual.

Questão 32

Carlos André, aprovado em concurso público estadual para cargo técnico-administrativo, tomou conhecimento de que José Heraldo, famoso empresário da região, tinha interesses em determinados assuntos que passavam pelo cargo que assumiu. Sendo assim, Carlos André procurou José Heraldo e deixou claro que, sem uma contribuição financeira, não poderia continuar a atender seus interesses, o que foi aceito pelo empresário.

Nesse sentido, assinale a alternativa que corresponde à conduta típica praticada pelo agente.

- (A) Peculato.
- (B) Corrupção passiva.
- (C) Concussão.
- (D) Excesso de exação.
- (E) Prevaricação.

Questão 33

João Carlos, trafegava com o seu veículo na rodovia federal BR-386, quando colidiu com o veículo de Ana Beatriz, o que gerou o óbito desta. João, foi conduzido à delegacia de polícia e, a autoridade policial tipificou sua conduta na forma do art. 302 do Código de Trânsito Brasileiro – CTB, homicídio culposo na direção de veículo automotor. Antes do recebimento da denúncia pelo juízo, João ressarciu a família da vítima, todos os danos materiais decorrentes do acidente.

Dessa forma, assinale a alternativa correta.

- (A) O pagamento do dano integral extingue a punibilidade, nos termos do Art. 107, III, do Código Penal.
- (B) O juiz poderá, no momento da fixação da pena, considerar o ressarcimento dos danos como circunstância atenuante na dosimetria da pena.
- (C) É obrigatória a suspensão do processo devido a reparação antecipada do dano.
- (D) Se requerido pelos familiares da vítima, a reparação do dano integral configura causa de extinção da punibilidade pelo perdão do ofendido.
- (E) Se requerido pelos familiares da vítima, a reparação do dano integral configura causa legal de exclusão da culpabilidade do agente.

Questão 34

De acordo com a Lei nº 8.137/1990 – Crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo – a pena por patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração fazendária, valendo-se da qualidade de funcionário público, é

- (A) reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.
- (B) detenção, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.
- (C) detenção, de 4 (quatro) a 8 (quatro) anos, e multa.
- (D) reclusão, de 3 (três) a 5 (cinco) anos, e multa.
- (E) reclusão, de 5 (cinco) a 8 (oito) anos, e multa.

Questão 35

De acordo com o Código Penal, é requisito para concessão do Instituto do Livramento Condicional:

- (A) cumprir mais da metade da pena se o condenado não for reincidente em crime doloso e tiver bons antecedentes.
- (B) cumprir um terço da pena se o condenado for reincidente em crime doloso.
- (C) não cometimento de falta grave nos últimos 6 (seis) meses.
- (D) cumprir mais de dois terços da pena, nos casos de condenação por crime hediondo, prática de tortura, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.
- (E) cumprir um quarto da pena se o condenado não for reincidente em crime doloso e tiver bons antecedentes.

Questão 36

Assinale a opção em que é corretamente citado o tipo penal, previsto no Código Penal, que se procede mediante ação penal privada.

- (A) Roubo.
- (B) Crime de invasão de dispositivo informático.
- (C) Extorsão mediante sequestro.
- (D) Dano simples.
- (E) Crime de violação do segredo profissional.

Questão 37

Segundo o entendimento da jurisprudência e da doutrina pátria, o reconhecimento da aplicação do princípio da insignificância, incide sobre qual elemento do crime?

- (A) Tipicidade Material.
- (B) Tipicidade Formal.
- (C) Antijuridicidade Formal.
- (D) Antijuridicidade Material.
- (E) Culpabilidade.

Questão 38

A respeito do crime de roubo previsto no artigo 157 do Código Penal, assinale a alternativa correta.

- (A) O crime de roubo é um crime formal, consumando-se com a mera inversão da posse do bem, independentemente da obtenção da vantagem pretendida pelo agente.
- (B) O crime de roubo é um crime material e, consumando-se com a inversão da posse do bem e pela obtenção da vantagem pretendida pelo agente.
- (C) Se a subtração for de veículo automotor que venha a ser transportado para o interior do Estado, a pena aumenta-se de um terço até a metade.
- (D) Se há destruição ou rompimento de obstáculo mediante o emprego de explosivo ou de artefato análogo que cause perigo comum, a pena aumenta-se em um terço.
- (E) O crime de roubo é um crime formal, consumando-se apenas com a efetiva inversão da posse do bem e com a obtenção da vantagem pretendida pelo agente.

Questão 39

De acordo com a Lei nº 11.340/2006, bem como o entendimento da doutrina e jurisprudência pátria, tratando-se de crime de violência doméstica ou familiar contra a mulher, pode ser aplicado ao condenado pelo referido delito, quando presentes os requisitos autorizadores, os seguintes institutos:

- (A) Suspensão condicional do processo.
- (B) Princípio da insignificância.
- (C) Transação Penal.
- (D) Suspensão condicional da pena.
- (E) Princípio da bagatela.

Questão 40

Herculano, em conluio com Alberto Gonçalves, servidores públicos, valendo-se das facilidades inerentes aos seus cargos, subtraíram dois aparelhos laptops da repartição pública, com o intuito de vendê-los.

Nesse sentido, assinale a alternativa que corresponde à conduta típica praticada pelos agentes.

- (A) Furto.
- (B) Furto qualificado.
- (C) Peculato-Apropriação.
- (D) Peculato-Furto.
- (E) Apropriação indébita.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Questão 41

Segundo o entendimento da jurisprudência do STJ, assinale a alternativa correta.

- (A) É cabível a suspensão condicional do processo na desclassificação do crime e na procedência parcial da pretensão punitiva.
- (B) Eventual aceitação de proposta de suspensão condicional do processo prejudica a análise do pedido de trancamento de ação penal.
- (C) A superveniência da sentença condenatória não prejudica o pedido de trancamento da ação penal por falta de justa causa feito em habeas corpus.
- (D) O mandado de segurança é a medida cabível para atribuir efeito suspensivo a recurso criminal interposto pelo Ministério Público.
- (E) Em razão da Lei nº 13.964/2019, o juiz pode, de ofício, decretar ou converter prisão em flagrante em prisão preventiva.

Questão 42

No tocante à prisão domiciliar prevista no Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta.

- (A) O juiz poderá substituir a prisão preventiva pela domiciliar quando o agente for mulher com filho de até 12 (doze) anos de idade completos.
- (B) O juiz poderá substituir a prisão preventiva pela domiciliar imposta à mulher gestante ou que for mãe ou responsável por crianças ou pessoas com deficiência, desde que não tenha cometido crime com violência ou grave ameaça a pessoa.
- (C) O juiz poderá substituir a prisão preventiva pela domiciliar quando o agente for imprescindível aos cuidados especiais de pessoa menor de 8 (oito) anos.
- (D) O juiz poderá substituir a prisão preventiva pela domiciliar quando o agente for homem, caso seja o único responsável pelos cuidados do filho de até 14 (quatorze) anos de idade incompletos.
- (E) O juiz poderá substituir a prisão preventiva pela domiciliar quando o agente for maior de 70 (setenta) anos.

Questão 43

Segundo o entendimento da jurisprudência do STF, assinale a alternativa correta.

- (A) A proibição de liberdade provisória nos processos por crimes hediondos impede o relaxamento da prisão processual por excesso de prazo.
- (B) É de quinze dias o prazo para interposição de agravo contra decisão do juiz da execução penal.
- (C) A renúncia do réu ao direito de apelação, manifestada sem a assistência do defensor, impede o conhecimento da apelação por este interposta.
- (D) Não se admite a progressão de regime de cumprimento da pena ou a aplicação imediata de regime menos severo nela determinada, antes do trânsito em julgado da sentença condenatória.
- (E) A competência constitucional do Tribunal do Júri prevalece sobre o foro por prerrogativa de função estabelecido exclusivamente pela Constituição estadual.

Questão 44

A respeito do exame de corpo de delito, da cadeia de custódia e das periciais em geral, previstas no Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta.

- (A) Quando a infração deixar vestígios, será dispensável o exame de corpo de delito, direto ou indireto.
- (B) Havendo dúvida sobre a identidade do cadáver exumado, proceder-se-á ao reconhecimento pelo Instituto de Identificação e Estatística ou repartição congênere ou pela inquirição de testemunhas, lavrando-se auto de reconhecimento e de identidade, no qual se descreverá o cadáver, com todos os sinais e indicações.
- (C) Na falta de perito oficial, o exame será realizado por 3 (três) pessoas idôneas, portadoras de diploma de curso superior preferencialmente na área específica, dentre as que tiverem habilitação técnica relacionada com a natureza do exame.
- (D) O laudo pericial será elaborado no prazo máximo de 30 dias, podendo esse prazo ser prorrogado, em casos excepcionais, a requerimento dos peritos.
- (E) Dar-se-á prioridade à realização do exame de corpo de delito quando se tratar de crime que envolva dano ao patrimônio público.

Questão 45

De acordo com a Lei nº 9.296/1996 que versa sobre a interceptação das comunicações telefônicas, assinale a alternativa correta.

- (A) Será admitida a interceptação de comunicações telefônicas quando não houver indícios razoáveis da autoria ou participação em infração penal.
- (B) Será admitida a interceptação de comunicações telefônicas quando a prova puder ser feita por outros meios disponíveis.
- (C) Será admitida a interceptação de comunicações telefônicas quando o fato investigado constituir infração penal punida, no máximo, com pena de detenção.
- (D) Será admitida a interceptação de comunicações telefônicas quando houver indícios razoáveis da autoria ou participação em infração penal.
- (E) Será admitida a interceptação de comunicações telefônicas quando o fato investigado constituir infração penal punida, no máximo, com pena de multa.

Questão 46

De acordo com a Lei nº 7.960/1989, a prisão temporária é uma medida cautelar restritiva da liberdade, cuja aplicação depende do preenchimento de certos requisitos autorizadores.

Dessa forma, assinale a alternativa correta a respeito da prisão temporária.

- (A) A prisão temporária será decretada pelo Juiz, em face da representação da autoridade policial ou de requerimento do Ministério Público, e terá o prazo de 20 (vinte) dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.
- (B) A prisão temporária será decretada pelo Juiz, em face da representação da autoridade policial ou de requerimento do Ministério Público, e terá o prazo de 15 (quinze) dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.
- (C) Poderá ser decretada a prisão temporária, quando o agente tiver cometido o crime de constrangimento ilegal, previsto no art. 146 do Código Penal.
- (D) Poderá ser decretada a prisão temporária, quando o agente tiver cometido o crime de dano, previsto no art. 163 do Código Penal.
- (E) Em se tratando de crime hediondo, a prisão temporária terá o prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.

Questão 47

De acordo com o Código de Processo Penal, assinale a alternativa correspondente às regras aplicáveis aos procedimentos em espécie.

- (A) O procedimento será o sumaríssimo, quando tiver por objeto crime cuja sanção máxima cominada seja inferior a 4 (quatro) anos de pena privativa de liberdade.
- (B) O procedimento será o ordinário, quando tiver por objeto crime cuja sanção máxima cominada for igual ou superior a 6 (seis) anos de pena privativa de liberdade.
- (C) Os processos que apurem a prática de crime hediondo ou violência contra a mulher observarão a ordem cronológica de distribuição dos processos.
- (D) Os processos que apurem violência contra a mulher dependem do efetivo pagamento de custas, taxas ou despesas processuais.
- (E) O procedimento será o sumário, quando tiver por objeto crime cuja sanção máxima cominada seja inferior a 4 (quatro) anos de pena privativa de liberdade.

Questão 48

A respeito dos recursos em espécie, previstos no Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta.

- (A) Caberá o recurso de apelação da decisão que concluir pela incompetência do juízo.
- (B) Caberá o recurso em sentido estrito da decisão que impronunciar o Réu, no âmbito do Tribunal do Júri.
- (C) Caberá o recurso de apelação da decisão que pronunciar o Réu.
- (D) Caberá recurso em sentido estrito da decisão que indeferir o pedido de reconhecimento da prescrição ou de outra causa extintiva da punibilidade.
- (E) Caberá o recurso de apelação da decisão que julgar quebrada a fiança ou perdido o seu valor.

Questão 49

A respeito da Lei nº 12.850/2013 que versa sobre as Organizações Criminosas e a investigação criminal, assinale a alternativa correta.

- (A) Considera-se organização criminosa a associação de 2 (duas) ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a 8 (oito) anos.
- (B) Se há concurso de funcionário público, valendo-se a organização criminosa dessa condição para a prática de infração penal, a pena é aumentada de um sexto a um terço.
- (C) Se houver indícios suficientes de que o funcionário público integra organização criminosa, poderá o juiz determinar seu afastamento cautelar do cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração, quando a medida se fizer necessária à investigação ou instrução processual.
- (D) O condenado expressamente em sentença por integrar organização criminosa ou por crime praticado por meio de organização criminosa poderá progredir de regime de cumprimento de pena ou obter livramento condicional ou outros benefícios prisionais se houver elementos probatórios que indiquem a manutenção do vínculo associativo.
- (E) As penas aumentam-se de um sexto a um terço se na atuação da organização criminosa houver emprego de arma de fogo.

Questão 50

Consoante a disciplina do instituto do Habeas Corpus previsto no Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta.

- (A) Cabe o habeas corpus contra a prisão administrativa, atual ou iminente, dos responsáveis por dinheiro ou valor pertencente à Fazenda Pública, alcançados ou omissos em fazer o seu recolhimento nos prazos legais, salvo se o pedido for acompanhado de prova de quitação ou de depósito do alcance verificado, ou se a prisão exceder o prazo legal.
- (B) A ordem de habeas corpus jamais poderá ser concedida de ofício pelo juiz ou pelo tribunal em processo de competência originária ou recursal.
- (C) A concessão do habeas corpus não obstará, nem porá termo ao processo, desde que este não esteja em conflito com os fundamentos daquela.
- (D) A competência do juiz permanecerá sempre que a violência ou coação provier de autoridade judiciária de igual ou superior jurisdição.
- (E) A concessão do habeas corpus põe fim ao processo originário, sendo indispensável a extinção do mesmo.

LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE E DIREITOS HUMANOS**Questão 51**

Bruna e Paulo, casados, são ambos brasileiros natos, possuem diversas propriedades em todo o território nacional, e no final do ano foram passar suas férias no Chile. Após o prazo previsto para a duração da viagem o casal optou em não mais voltar ao Brasil, decidindo estabelecer sua residência no país vizinho.

De acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos e o caso apresentado, assinale a alternativa correta.

- (A) Bruna e Paulo não podem deixar definitivamente o Brasil por serem brasileiros natos.
- (B) Bruna e Paulo, caso optem em deixar definitivamente o Brasil, serão privados de sua nacionalidade brasileira, mas poderão optar pela nacionalidade chilena.
- (C) Se o casal deixar o Brasil serão privados das propriedades que aqui possuem.
- (D) Caso optem em deixar o Brasil, poderão a ele, regressar em outro momento.
- (E) Se a saída do Brasil se der por motivo de perseguição, o casal não terá direito de procurar e de gozar asilo em outros países.

Questão 52

A respeito dos crimes hediondos, previstos na Lei nº 8.072/1990 e com base na legislação de regência, assinale a alternativa correta.

- (A) O crime de associação para o tráfico, previsto no artigo 35 da Lei nº 11.343/06, é considerado um crime hediondo.
- (B) Entre os crimes contra a dignidade sexual, o crime de importunação sexual é considerado crime hediondo.
- (C) Os crimes previstos no Código Penal Militar que apresentem identidade com os crimes previstos no artigo 1º da Lei nº 8.072/1990 serão também considerados hediondos.
- (D) A posse ou o porte ilegal de arma de fogo de uso proibido não é considerado crime hediondo.
- (E) O crime de estupro praticado com violência presumida não é considerado hediondo.

Questão 53

Maria Júlia foi a uma conhecida casa noturna no centro de Porto Alegre/RS com suas amigas para assistir ao show de um cantor que é fã. Enquanto assistia ao show, Maria Júlia notou que era constantemente observada por um homem, o que lhe causou intenso constrangimento e temor.

Com medo e sem saber como prosseguir, Maria Júlia chamou sua amiga Luna e informou o que estava acontecendo, lhe pedindo auxílio, tendo esta informado que de acordo com a Lei nº 14.786/23,

- (A) o disposto na Lei nº 14.786/23 se aplica a cultos e a outros eventos realizados em locais de natureza religiosa.
- (B) as casas noturnas e de boates, em espetáculos musicais realizados em locais fechados e em shows, com venda de bebida alcoólica, devem implementar o protocolo conhecido como “não é não” para promover a proteção das mulheres e para prevenir e enfrentar o constrangimento e a violência contra elas.
- (C) o poder público não promoverá campanhas educativas sobre o protocolo “Não é Não”.
- (D) os estabelecimentos abrangidos pela Lei nº 14.786/23 ou os que ostentarem o selo “Não é Não - Mulheres Seguras”, nos termos do artigo 9º desta Lei, deverão, entre outras medidas, retirar o ofensor do estabelecimento e impedir o seu reingresso até o término das atividades, nos casos de constrangimento.
- (E) o poder público manterá e divulgará a lista “Local Seguro Para Mulheres” com as empresas, independente de possuírem o selo “Não é Não - Mulheres Seguras”.

Questão 54

Com base na Lei nº 13.869 de 2019, que dispõe sobre os crimes de abuso de autoridade, assinale a alternativa correta.

- (A) A Lei nº 13.869/19 define a conduta de deixar de identificar-se ou identificar-se falsamente ao preso por ocasião de sua captura como crime de ação penal pública condicionada à representação da vítima.
- (B) Para a configuração do crime de abuso de autoridade é exigido um especial fim de agir, sendo esse a atitude do agente voltada unicamente para a obtenção de uma vantagem para benefício próprio.
- (C) A perda do cargo não é um efeito automático na Lei de Abuso de Autoridade, sendo ainda necessária a ocorrência do instituto da reincidência em crime de abuso.
- (D) As penas restritivas de direito descritas na Lei nº 13.869/19 são: prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas e suspensão do exercício do cargo, da função ou do mandato, pelo prazo de 1 (um) a 5 (cinco) meses, com a perda dos vencimentos e das vantagens.
- (E) A divergência na interpretação da lei ou na avaliação de fatos e provas configura Abuso de Autoridade se não for devidamente motivado o ato.

Questão 55

No contexto da violência doméstica e familiar contra a mulher, avalie se as afirmativas a seguir são verdadeiras (V) ou falsas (F).

- () Aplicam-se as disposições da Lei nº 11.340/2003 às situações em que o agressor seja do sexo feminino, desde que comprovada a coabitação entre autor e vítima;
- () A suspensão condicional do processo e a transação penal não se aplicam na hipótese de delitos sujeitos ao rito da Lei Maria da Penha;
- () É considerado constitucional o tratamento diferenciado entre os gêneros feminino e masculino no que diz respeito à necessária proteção ante as peculiaridades física e moral da mulher e a cultura brasileira;
- () O descumprimento de medida protetiva de urgência configura o crime de desobediência em face da inexistência de outras sanções previstas no ordenamento jurídico para a hipótese.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

- (A) F – F – V – V
- (B) F – V – V – F
- (C) V – V – F – V
- (D) F – F – V – F
- (E) V – F – V – F

Questão 56

A proteção internacional aos direitos humanos focada na proteção às vítimas de conflitos armados, criando condições de paz e segurança para pessoas vulneráveis em conflitos militares e bélicos, é o conceito que conhecemos como

- (A) direitos humanos.
- (B) direito internacional humanitário.
- (C) direito dos refugiados.
- (D) direitos fundamentais.
- (E) garantias fundamentais.

Questão 57

Em relação ao que dispõe a Lei nº 12.850/2013, analise as assertivas a seguir e assinale a alternativa correta.

- I. Determinado o depoimento do investigado, o seu defensor terá prévia vista dos autos no prazo mínimo de 2 dias que antecedem ao ato, ainda que sigilosos;
- II. Os crimes dessa lei se processam pelo rito ordinário, devendo a instrução criminal não exceder a 90 dias quando o réu estiver preso, prorrogáveis por até igual período;
- III. Na homologação do acordo de colaboração premiada o juiz deverá ouvir sigilosamente o colaborador e analisará a sua regularidade, legalidade, voluntariedade e adequação entre os benefícios e resultados;
- IV. Caso os membros da organização criminosa cometam as infrações para os quais se associaram, deverão responder pela associação e em concurso formal com os demais ilícitos praticados;
- V. Uma vez procedida e aceita a proposta ao acordo, dela o colaborador poderá retratar-se, de forma que eventuais provas que autoincriminem o colaborador não poderão ser utilizadas exclusivamente em seu desfavor.

- (A) Apenas a I e II estão corretas.
- (B) Apenas a III e IV estão corretas.
- (C) Apenas a II e III estão corretas.
- (D) Apenas a III e V estão corretas.
- (E) Apenas a I e V estão corretas.

Questão 58

O crime de tortura e suas circunstâncias são tipificados em lei penal especial.

Sobre o delito em questão, assinale a alternativa correta.

- (A) O crime de tortura é inafiançável e insuscetível de graça, anistia ou indulto.
- (B) O livramento condicional é possível, desde que cumpridos 1/3 da pena.
- (C) É impossível o concurso material entre uma tortura simples e o homicídio.
- (D) Embora a Lei nº 9.455/97 estabeleça que a tortura possui o regime inicial fechado, o Supremo Tribunal Federal declarou este dispositivo constitucional.
- (E) Aumenta-se a pena de um a dois terços se o crime é cometido por agente público.

Questão 59

Acerca da Convenção Americana de Direitos Humanos, também conhecida como Pacto de São José da Costa Rica, assinale a alternativa correta.

- (A) O direito ao reconhecimento da personalidade jurídica é garantido a todos os indivíduos.
- (B) O ensino primário deve ser obrigatório e acessível a todos mediante pagamento.
- (C) A mais recente condenação do Estado brasileiro no âmbito da Corte Interamericana de Direitos Humanos foi o caso de Damião Ximenes Lopes, e a sentença proferida necessitou ser devidamente homologada pelo Superior Tribunal de Justiça para que pudesse ser cumprida no Brasil.
- (D) No âmbito do sistema interamericano e de acordo com a jurisprudência da Corte Americana, a Convenção Americana é o único tratado de direitos humanos que pode ser utilizado como paradigma para o controle de convencionalidade do direito interno.
- (E) A Comissão Interamericana de Direitos Humanos teve origem com um tratado e é considerada como um órgão da Organização dos Estados Americanos, sendo composta por nove membros com reputação ilibada e amplo conhecimento dos direitos humanos.

Questão 60

A Lei nº 9.605/98 dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e estabelece circunstâncias que agravam as penas, quando não constituem ou qualificam o crime, sendo uma delas ter o agente cometido a infração

- (A) em período de defesa à flora.
- (B) atingindo áreas urbanas, rurais ou quaisquer assentamentos humanos.
- (C) mediante fraude ou abuso de confiança.
- (D) em finais de semana.
- (E) após às 17h e até às 06h.

**DIREITO CIVIL E
DIREITO PROCESSUAL CIVIL****Questão 61**

O Soldado de Segunda Classe Luis Paulo adquiriu uma casa geminada e passou a sofrer com barulhos desagradáveis vindo do imóvel vizinho em decorrência da realização de festas com som alto durante a madrugada.

Considerando as normas relativas ao direito de vizinhança no Código Civil, assinale a alternativa correta.

- (A) Na qualidade de policial militar, Luis Paulo somente poderá pleitear a cessação do incômodo após obter autorização de seus superiores.
- (B) Por ser servidor público, Luis Paulo deverá antes registrar boletim de ocorrência para depois ajuizar qualquer medida cível.
- (C) Pelas características do imóvel, Luis Paulo não poderá reclamar, pois quem mora em casa geminada aceita implicitamente os ruídos provenientes do vizinho.
- (D) Luis Paulo poderá exigir extrajudicialmente do vizinho a cessação dos ruídos excessivos e, apenas se mantida a perturbação do seu sossego, pedir judicialmente a abstenção da atividade nociva, independentemente de autorização superior.
- (E) Luis Paulo poderá demandar judicialmente contra o seu vizinho, exigindo a cessação dos ruídos excessivos e abstenção da atividade nociva, independentemente de qualquer tentativa extrajudicial.

Questão 62

Durante uma abordagem policial, a Terceiro-Sargento Thayana, agindo com excesso de força, causa lesão corporal em um civil, que posteriormente ajuíza ação de indenização por danos morais e materiais.

Considerando a responsabilidade civil do Estado, assinale a alternativa correta.

- (A) A responsabilidade do Estado é subjetiva e depende da comprovação de dolo ou culpa do agente público.
- (B) A responsabilidade do Estado é sempre subjetiva quando se trata de atos de força policial.
- (C) O Estado somente responderá se o policial militar agir de forma dolosa.
- (D) A responsabilidade do Estado é objetiva, mas o policial militar responderá regressivamente apenas se for comprovada sua culpa ou dolo.
- (E) Comprovada a culpa do policial, o Estado não poderá ser responsabilizado, sendo o policial o único legitimado para responder pela indenização.

Questão 63

João da Silva, policial civil, celebrou contrato de compra e venda de um drone de última geração com Pedro dos Santos, juiz de direito. A compra e venda foi registrada através de um vídeo, gravado por João com a ciência de Pedro. Alguns meses após a aquisição do bem, Pedro revela-se descontente com a funcionalidade do drone e resolve questionar a validade do negócio jurídico.

A respeito do negócio celebrado, é correto afirmar que

- (A) o negócio jurídico celebrado não é válido, uma vez que não foi observada a forma legal para sua celebração.
- (B) a validade do negócio poderá ser questionada apenas por Pedro dos Santos, uma vez que ele apenas aderiu à modalidade imposta por João da Silva.
- (C) ambas as partes podem questionar a validade do negócio em decorrência da forma estabelecida para sua celebração.
- (D) o negócio jurídico celebrado não contém qualquer vício capaz de inquiná-lo como nulo.
- (E) anulável, o negócio jurídico, uma vez que a declaração de vontade de Pedro foi emanada mediante erro substancial.

Questão 64

Eustáquio Barbosa andava pela Rua Gonçalo de Carvalho quando foi atingido por um coletivo da empresa XYZ que presta serviço de transporte público no Município de Porto Alegre. Apesar de prontamente socorrido pela Brigada Militar, diante dos graves ferimentos, acabou falecendo.

A respeito da situação narrada, é correto afirmar que

- (A) considerando tratar-se de direito personalíssimo, os herdeiros de Eustáquio não poderão responsabilizar civilmente em juízo qualquer pessoa.
- (B) os herdeiros poderão demandar contra a empresa XYZ com base no Código Civil, uma vez que Eustáquio não estava no coletivo e, por isso, não se enquadra no conceito de consumidor.
- (C) Eustáquio deve ser considerado consumidor por equiparação, devendo, assim, serem aplicadas as regras de proteção do Código de Defesa do Consumidor em eventual ação a ser proposta por seus herdeiros.
- (D) os herdeiros de Eustáquio podem ajuizar a ação de responsabilidade civil, desde que incluam, obrigatoriamente, o Município de Porto Alegre.
- (E) a ação deve ser proposta em nome de Eustáquio e, na fase de cumprimento de sentença, deverão os herdeiros requerer sua habilitação para receberem as indenizações eventualmente estabelecidas pelo Judiciário.

Questão 65

Joaquim, ex-dirigente de uma associação, recebeu a notícia de que, por maioria, o Conselho Diretor, órgão competente segundo o estatuto para decidir sobre o afastamento e exclusão de associados, deliberou por sua exclusão do quadro associativo em decorrência de fraudes contábeis apuradas em sua gestão.

Diante do caso concreto, indique a alternativa correta.

- (A) A decisão que determinou o afastamento de Joaquim está correta, desde que haja previsão expressa no estatuto.
- (B) Independente da existência de norma estatutária, o afastamento do dirigente da associação encontra-se correta, diante da deliberação da maioria dos membros do Conselho Diretor.
- (C) Equivocada, a decisão tomada pelo Conselho Diretor, uma vez que a exclusão do associado depende de aprovação de 2/3 dos membros do Conselho.
- (D) A exclusão do associado é indevida, uma vez que a decisão deveria ter sido precedida de procedimento que assegura direito de defesa e de recurso.
- (E) A exclusão do associado é adequada, uma vez que fundamentada em justa causa de natureza grave.

DIREITO PENAL MILITAR**Questão 66**

Durante a passagem de comando da companhia, o CAP PM Louredo deixou com o CAP PM Amauri documentos que envolviam a segurança nacional. Dois meses depois, por ocasião de nova passagem de comando, o CAP PM Amauri deixa de entregar ao CAP PM Ismael esses mesmos documentos.

Nessa situação, o CAP PM Amauri, em tese, cometeu o crime de

- (A) descumprimento de missão.
- (B) omissão de providências para evitar danos.
- (C) retenção indevida.
- (D) omissão de providências para salvar comandados.
- (E) omissão de oficial.

Questão 67

O CAP PM Buarque, exacerbando de sua autoridade perante os militares subordinados na companhia, inflige, de forma desumana e reiterada, maus-tratos ao SD PM Gusmão. Em razão desses abusos, o soldado acaba cometendo suicídio.

Nessa situação, o tipo penal que poderá ser imputado ao CAP PM Buarque é o de

- (A) provocação direta ou auxílio ao suicídio.
- (B) provocação indireta ao suicídio.
- (C) homicídio culposo.
- (D) homicídio qualificado.
- (E) homicídio simples.

Questão 68

No tocante ao crime de deserção, assinale a alternativa correta.

- (A) O prazo para configuração da deserção é de 24 horas após o término da licença.
- (B) O crime de deserção não se aplica em tempos de paz.
- (C) A deserção é automaticamente configurada após 48 horas de ausência do militar sem justa causa.
- (D) Considera-se desertor o militar que se ausenta da unidade por mais de oito dias sem licença.
- (E) O militar desertor não pode ser reintegrado às Forças Armadas.

Questão 69

O CB PM Antônio, ao opor-se à execução de ato legal determinado pelo CAP PM Nestor, mediante ameaça ou violência contra quem estivesse prestando auxílio, comete qual crime?

- (A) Resistência mediante ameaça ou violência.
- (B) Ameaça.
- (C) Constrangimento ilegal.
- (D) Desrespeito a superior.
- (E) Incitamento.

Questão 70

TEN PM Lucas, em lugar sujeito à administração militar, possuindo autoridade em relação ao SD PM Pedro, sob o pretexto de estar instruindo o novo recruta, priva-o de alimentação, abusando dos meios de disciplina.

O tipo penal descrito refere-se ao crime de

- (A) desrespeito.
- (B) insubordinação.
- (C) abuso de autoridade.
- (D) maus-tratos.
- (E) violência contra inferior.

DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR**Questão 71**

No curso de um processo na Justiça Militar Estadual, o Conselho Permanente de Justiça proferiu sentença condenatória contra um praça da Polícia Militar, sem que a defesa técnica tenha sido intimada da audiência de instrução, em que foram ouvidas todas as testemunhas da acusação. A sentença foi proferida com base nesses depoimentos.

Com base no Código de Processo Penal Militar, é correto afirmar que

- (A) trata-se de nulidade relativa, pois a ausência de defensor não compromete a validade da instrução.
- (B) não há nulidade se a sentença estiver devidamente fundamentada.
- (C) a nulidade é relativa e deve ser arguida apenas em preliminar de apelação.
- (D) trata-se de nulidade absoluta, pois compromete o contraditório e a ampla defesa.
- (E) não se configura nulidade se o réu foi pessoalmente intimado da audiência.

Questão 72

CAP PM Desmóstenes foi acusado, processado e condenado, ainda sem trânsito em julgado, por supostamente participar de uma organização criminosa e por corromper ativamente policiais militares de sua unidade para que deixassem de fiscalizar as motos durante realização de operação de trânsito, sob argumento de que as motos eram de sua propriedade e que as alugava para que algumas pessoas pudessem trabalhar em serviço de transporte por aplicativo. A denúncia foi oferecida com base em interceptações telefônicas realizadas sem autorização judicial determinadas, exclusivamente, pelo encarregado do Inquérito Policial Militar, sob alegação de urgência e interesse da administração. A defesa técnica do militar, em sede recursal, sustenta a nulidade das provas obtidas por violação de garantia constitucional.

Com base no Código de Processo Penal Militar e na Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) A interceptação, por envolver militar em situação de serviço, prescinde de autorização judicial.
- (B) A interceptação é válida, desde que tenha sido autorizada por oficial superior e fundamentada no interesse da hierarquia.
- (C) A interceptação telefônica, para ser válida, exige autorização judicial fundamentada; sua ausência gera nulidade absoluta da prova.
- (D) A interceptação poderá ser ratificada judicialmente após o oferecimento da denúncia, sanando eventual vício.
- (E) A interceptação é válida se o conteúdo das conversas for verídico e confirmado por outras provas.

Questão 73

A defesa do MAJ PM Yuri requereu a revogação da prisão preventiva do militar com o consequente pedido de aplicação das medidas cautelares diversas da prisão. Entretanto, o Conselho Especial de Justiça, por decisão unânime, denegou o pedido da defesa aduzindo que a soltura do militar poderia gerar temor nas vítimas e gerar influências nos depoimentos das testemunhas.

Nesse sentido, conforme preconiza o Código de Processo Penal Militar, a defesa do MAJ PM Yuri poderá interpor

- (A) recurso em sentido estrito.
- (B) embargos de declaração.
- (C) embargos infringentes.
- (D) agravo retido.
- (E) recurso ordinário.

Questão 74

No curso de um inquérito policial militar, o encarregado solicitou ao Comandante da Unidade que fosse instaurada uma supervisão disciplinar reservada com a finalidade de arrecadar objetos materiais de crime no alojamento do SD PM Bruno. Durante essa supervisão disciplinar, policiais militares apreenderam um aparelho celular no alojamento do soldado, investigado por desvio de munição. O celular foi examinado informalmente por um sargento, sem qualquer registro em auto de apreensão ou cadeia de custódia. Após o acesso ao conteúdo, a denúncia foi oferecida exclusivamente com base em mensagens encontradas no aparelho.

Com base no Código de Processo Penal Militar e normas constitucionais sobre prova, assinale a alternativa correta.

- (A) A ausência de auto de apreensão não invalida a prova se a denúncia for confirmada por testemunhas.
- (B) O conteúdo extraído do aparelho é válido, desde que confirmada sua veracidade.
- (C) A ausência de formalização da cadeia de custódia torna a prova ilícita, pois viola o devido processo legal.
- (D) A prova será válida se o conteúdo do celular indicar autoria do fato.
- (E) O militar pode acessar qualquer material encontrado em dependências internas, independentemente de formalização.

Questão 75

CAP PM Almeida e SGT PM Nader foram acusados, processados e, posteriormente, condenados pelo Tribunal de Justiça Militar do RS, e ambos desejam recorrer da sentença imposta. Com base no CPPM, o recurso de apelação deve ser interposto e, em seguida, motivado no prazo de

- (A) 5 dias para ambos.
- (B) 3 dias e 5 dias, respectivamente.
- (C) 8 dias para ambos.
- (D) 10 dias e 5 dias, respectivamente.
- (E) 5 dias e 10 dias, respectivamente.

LEGISLAÇÃO APLICADA A FUNÇÃO**Questão 76**

Tendo como base o que dispõe a Lei Complementar nº 10.991/97, acerca da Organização Básica da Brigada Militar do Estado, assinale a alternativa **INCORRETA** no que tange às competências da Corregedoria-Geral.

- (A) Cumprir atividades que lhe sejam atribuídas pelo Comandante-Geral.
- (B) Exercer a apuração de responsabilidade cível, criminal ou administrativa e disciplinar.
- (C) Fiscalizar as atividades dos órgãos e servidores da Brigada Militar, realizando inspeções e correções e sugerindo as medidas necessárias ou recomendáveis para a racionalização e eficiência dos serviços.
- (D) Avaliar, com vistas ao encaminhamento ao Comandante-Geral, os elementos coligidos sobre o estágio probatório de integrantes da carreira de Servidor-Militar.
- (E) Requisitar, de qualquer autoridade, certidões, diligências, exames, pareceres técnicos e informações indispensáveis ao bom desempenho de sua função.

Questão 77

Paulo, militar estadual, enquanto exercia as suas funções, teve conhecimento da prática de um fato contrário à disciplina exercido por outro militar estadual também em serviço.

Dessa forma, de acordo com o Regulamento Disciplinar da Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul, qual das seguintes alternativas apresenta o modo de agir correto que deve ter Paulo diante do caso narrado?

- (A) Deverá participar ao seu superior imediato, por escrito ou verbalmente. Neste último caso, confirmando a participação por escrito no prazo de até 4 (quatro) dias úteis.
- (B) A parte disciplinar deve ser clara e precisa, contendo os dados capazes de identificar pessoas ou objetos envolvidos, local, data, hora do fato, circunstâncias e alegações mesmo na ausência do transgressor.
- (C) Poderá tecer comentários ou opiniões pessoais em seu relato.
- (D) Deverá comunicar por meio de parte disciplinar dentro do prazo de até 2 (dois) dias úteis, contados da constatação ou do conhecimento do fato.
- (E) Paulo somente poderá agir ou comunicar o ocorrido se o militar estadual transgressor for seu subordinado direto.

Questão 78

A Lei Complementar nº 10.992/97 dispõe sobre a carreira dos Servidores Militares do Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências.

De acordo com essa lei, pode-se afirmar corretamente que

- (A) a carreira dos Quadros de Oficiais é constituída dos postos de Capitão, Major, Tenente-Coronel, Coronel e Aspirante a Oficial.
- (B) o ingresso no Curso Superior de Polícia Militar dar-se-á mediante Concurso Público de provas e títulos com exigência de diplomação em qualquer área.
- (C) a ascensão funcional nos postos do QOEM e do QOES ocorrerá após decorrido o interstício mínimo de seis anos de efetivo serviço em cada posto imediatamente anterior ao correspondente à promoção.
- (D) a inclusão no quadro de acesso para a promoção ao posto de Coronel não poderá ser recusada pelo servidor.
- (E) as qualificações policiais-militares a que se refere o art. 12 são constituídas pelas graduações de Soldado, Segundo-Sargento e Primeiro-Sargento.

Questão 79

Com base na Lei Complementar nº 10.990/97, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Militares do Estado do Rio Grande do Sul, assinale a alternativa que expressa corretamente um princípio ético que deve nortear a conduta do policial militar.

- (A) Acatar principalmente as autoridades civis.
- (B) Ser justo e imparcial no julgamento dos atos e na apreciação do mérito dos superiores.
- (C) Proceder de maneira ilibada apenas em sua vida pública.
- (D) Exercer com autoridade, eficiência e probidade as funções que lhe couberem em decorrência do cargo.
- (E) Cumprir e fazer cumprir as leis, os regulamentos, as instruções e as ordens dos seus superiores.

Questão 80

De acordo com o Decreto nº 57.390 de 22 de dezembro de 2023, existem situações especiais decorrentes de movimentações as quais o militar estadual poderá estar sujeito, que serão registradas no boletim interno do OPM/OCBM.

Assim, assinale a alternativa que cite e descreva corretamente uma dessas situações especiais previstas no artigo 16 do referido Decreto.

- (A) Adido como se efetivo fosse é a situação em que se encontra o militar estadual a serviço de órgão ou autoridade a que não estejam diretamente subordinados, na Brigada Militar ou no Corpo de Bombeiros Militar ou fora deles, nos termos da Lei nº 14.877, de 9 de junho de 2016, e do Decreto nº 53.312, de 24 de novembro de 2016.
- (B) Trânsito é o período de afastamento total do serviço, concedido ao militar estadual, cuja movimentação implique obrigatoriamente mudança de município de domicílio, a contar do dia subsequente ao seu desligamento, e destina-se aos preparativos decorrentes da mudança, sendo concedido, no momento do desligamento, pelo Comandante do OPM/OCBM do qual o militar estadual foi movimentado.
- (C) Adido é a situação especial e transitória do militar estadual que, enquanto aguarda nomeação, classificação, efetivação, promoção, reversão, reintegração, redução de efetivo ou transformação, em face de não haver disponibilidade de vaga em seu grau hierárquico ou qualificação, bem como em razão de solução de requerimento de licenciamento ou demissão do serviço ativo ou transferência para a reserva, é movimentado para um OPM/OCBM ou nele permanece, devendo o militar estadual na situação de adido como se efetivo fosse ser considerado, para todos os efeitos, como integrante do OPM/OCBM.
- (D) Em destino é o período de afastamento do serviço, concedido ao militar estadual cuja movimentação implique mudança de município de residência para sua instalação, conforme previsto no inciso III do art. 66 da Lei Complementar nº 10.990/1997.
- (E) O militar poderá ser considerado em trânsito quando, em relação ao OPM/OCBM a que pertence, permanece em seu estado efetivo, enquanto dele estiver afastado a serviço da justiça.